

Michael W. Apple

# EDUCAÇÃO E PODER



EDUCAÇÃO E PODER  
APPLE, Michel W.  
Porto Alegre, Artes Médicas,  
1989.

Um segundo livro do professor Michael Apple, da Universidade de Wisconsin-Madison, acaba de ser lançado no Brasil, o que muito nos alegra a todos quantos, com muito esforço, vimos tentando ter, e proporcionar a nossos alunos, acesso ao rico e copioso material que os principais centros mundiais produtores de sociologia da educação têm despejado no mercado científico. Originalmente publicado em 1982, esse trabalho filia-se diretamente a um movimento mais amplo no sentido de se reconhecer o esgotamento a que chegaram as abordagens macroscópicas da relação escola/sociedade, e que, em vista disso, trabalha pelo desbloqueio da situação.

Não que o autor tenha renunciado a colocar no centro de sua reflexão as funções sociais da escola. Afinal, nada menos surpreendente, em se tratando de um sociólogo. Sua ligação com as reformulações teóricas ora em curso manifesta-se através da busca de uma saída alternativa para o enfrentamento da questão. Ao longo de todo o texto de *Educação e Poder*, percebe-se quanto incomodam a Apple as duas visões dominantes acerca do papel da instituição escolar. De um lado, o postulado liberal da escola neutra, já arqui-refutado por toda uma tradição de estudos empíricos da relação entre estratificação/mobilidade sociais e oportunidades educacionais dos anos

## Educação e Poder

Michael W. Apple

1950/60 (a chamada tradição da "aritmética política"). E de outro, as teses estrutural-funcionalistas do sistema escolar que reduzem seu funcionamento a um mero mecanismo de perpetuação da divisão do trabalho e das hierarquias sociais, sem atentar minimamente para os processos sociais e as relações interpessoais concretas e cotidianas que se realizam no interior do estabelecimento, da sala de aula etc. Típicas dos anos 1960/70, ele as designa como "teorias da escolarização do tipo caixa-preta".

Não se trata evidentemente, para ele, de negar que haja reprodução de desigualdades pela escola, nem de subestimar o papel dos conteúdos ocultos (normas, valores etc) veiculados por ela nesse processo. Mas, sim, de colocar em questão o "economicismo" o "mecanicismo" e o "reduccionismo" de certas análises com amplo curso entre nós.

O grande alerta – e uma grande contribuição – deste livro diz respeito ao risco de se tomar o universo da cultura como um epifenômeno das forças econômicas. Nesse âmbito, mais correto do que se falar em determinantes, seria pensar em termos de condicionantes, isto é, de limitações impostas, sim, porém mediadas, no nível da prática, por uma cadeia de mediações que podem "contestar" certos limites, ou até mesmo dissolvê-los (em entrevista concedida à equipe da revista *Educação e Realidade* em outubro/85 em Porto Alegre, Apple saiu-se com esta espirituosa afirmativa: "De forma que eu não quero reduzir tudo à economia, em última instância. Eu acho que

esta última instância nunca chega, às vezes, e freqüentemente esta última instância foi há mil anos atrás, o que aponta para a importância de conhecer a história"). Irredutível, portanto, somente à esfera do econômico, o próprio processo de trabalho no interior da escola não pode ser reduzido ao trabalho na fábrica ou no escritório (analogias mecânicas não deixam de seduzir alguns). Nesse particular, e muito oportunamente, é lembrado que "as escolas operam para criar um valor de uso e não um valor de troca"; o que não significa que processos de desqualificação dos profissionais do ensino não estejam ocorrendo, com as tentativas de racionalização dos procedimentos técnicos do trabalho docente.

Se ainda restarem dúvidas quanto a estas posições do autor, a mesma entrevista de 1985 se encarrega de dirimi-las: "Eu nunca me satisfiz com a teoria econômico-reducionista marxista. Eu não pertencço a uma Igreja e não estou preocupado com heresias. (...) eu sou um marxista culturalista".

Conseqüente com essas posições, Apple vai introduzir na análise, articuladamente com as relações da classe (observe-se que sua definição de classe social não se esgota no lugar ocupado no processo de produção, mas abriga também o "vívido"), as relações de gênero e de etnia. Ganham assim direito de cidadania, no estudo das desigualdades frente à escola e à cultura, os fatores derivados do sexo e da raça. Este é, sem dúvida, um dos maiores méritos do livro. É alvissareira a informação de que em seus estudos mais recentes,

o autor vem-se ocupando do ensino como um trabalho feminino (seu livro subsequente *Teachers and Texts* versa sobre isso).

Uma outra faceta do chamado paradigma da reprodução é também alvo de críticas da parte do sociólogo: a idéia do aparelho escolar como um agente de dominação, onde tudo conspira contra os interesses das camadas populares. E aqui vamos nos deparar com uma autocrítica. Ele reconhece, agora, que em seu livro anterior *Ideologia e Currículo* (publicado no Brasil em 1982 pela Brasiliense), concebia os conteúdos do ensino (manifestos ou ocultos) como funcionalmente ajustados às "necessidades do capital" e operando no sentido da afirmação da hegemonia ideológica. Nessa fase, em sintonia com as idéias da "new Sociology of Education" (NSE) inglesa, os saberes escolares foram reduzidos a simples construções (ou convenções) sociais que responderiam a interesses de grupos particulares da sociedade (não se espere, entretanto, encontrar em *Educação e Poder* uma menção explícita dos riscos do relativismo, do descrédito para com aquilo que de objetivo nesses saberes representa a possibilidade de compreensão da realidade e de domínio da natureza e da produção).

Hoje, Apple prefere pensar "o processo de escolarização tanto como um sistema de reprodução quanto um sistema de produção", onde o essencial do que é produzido refere-se à resistência daqueles cuja cultura de classe vivida em muito pouco coincide com o universo da escola. Se isso pôde ser percebido, foi graças a estudos que penetraram a "caixa preta" e desvendaram práticas do cotidiano das escolas e dos alunos. A partir daí ficou demonstrado que não há como separar investigações em nível micro, do estudo dos fenômenos macrosociológicos.

Desse conjunto de estudos responsáveis pelo movimento mais recente de renovação do campo da sociologia da educação (por inspiração sobretudo da antropologia), Apple teve três nos quais se apoiou para fundamentar sua argumentação (não há demonstração empírica no livro): o livro de P. Willis, *Learning to Labour* (que a Artes Médicas lançará dentro em breve com o título de *Aprendendo a ser trabalhador. Escola, resistência e reprodução social*), a pesquisa de R. Everhart, "The In-Between Years", e o trabalho de A. McRobbie, "Working Class Girls and the Culture of Femi-

ninity". Reunindo-os sob a designação de "etnografias marxistas", ele reconhece nessas abordagens um fator de correção do viés determinista à medida que – sem perder de vista o pano de fundo das condições sociais globais – interrogam e atribuem importância às situações concretas em que os atores sociais, individual ou coletivamente, se envolvem e interagem, a suas práticas e aos significados que atribuem a elas, e à sua margem de autonomia. Recusando assim a noção de indivíduo como produto de estruturas sociais que o determinam, essas abordagens têm quase sempre revelado elementos contraditórios e de oposição à dinâmica da reprodução, ainda que, por vezes, esses elementos acabem revertendo em favor da conservação social. Assim como os trabalhadores resistem à lógica do controle técnico (através do absentismo, de formas diversas de sabotagem da produção etc), seus filhos reagem à cultura escolar (através da indisciplina, das notas baixas, da falta de motivação etc). Eis, em minha opinião, a principal contribuição deste trabalho, já que os comentários a respeito da conjuntura educacional norte-americana (a onda neo-liberal) são de interesse menos imediato para nós.

Entretanto, a excessiva repetição ao longo de todo o texto das críticas ao determinismo e ao mecanicismo, das idéias de autonomia relativa da esfera cultural, das contradições da reprodução etc, chega algumas vezes a cansar o leitor, deixando nele a vaga sensação de que o livro obedeceu a um propósito de "mise au point" ou, até mesmo, de um ajuste de contas com o passado.

Resta ainda fazer uma última observação. É de surpreender como a sociologia da educação francesa e a anglo-saxônica vêm, há já praticamente três décadas, trabalhando isoladamente sobre problemáticas semelhantes sem abrirem o diálogo (às vezes até mesmo ignorando-se mutuamente). Se já no início dos anos 70, os teóricos da "correspondência" como Bowles e Gintis nos USA e Baudelot e Establet na França publicavam, ao mesmo tempo, obras absolutamente afins sem tomarem conhecimento uns dos outros, até hoje não parece ter-se estabelecido ainda uma troca fecunda entre, de um lado, os atuais questionamentos de ingleses e americanos e de outro, o balanço crítico que atualmente desenvolvem os cientistas sociais franceses face às interpretações de uma

ordem social todo poderosa próprias de uma "sociologie du soupçon" ou do "hyperfonctionnalisme du pire", a que levaram as teorias da reprodução. Por inacreditável que possa parecer, somente nestes últimos anos é que se vem divulgando, do outro lado da Macha, a NSE inglesa do início dos anos 70, de "vida curta" nas palavras de um de seus fundadores, M. Young.

Quanto a nós que estamos às voltas com estas questões aqui no Brasil, onde as lacunas documentares são enormes, só nos resta agradecer e felicitar o trabalho de divulgação do professor Tomaz Tadeu da Silva e de sua equipe que – com suas traduções – tanto na revista *Educação e Realidade* da Faculdade de Educação da UFRGS, quanto à frente da coleção *Educação: teoria e crítica* da Editora Artes Médicas de Porto Alegre, vêm contribuindo significativamente para minorar nossas carências em relação à produção estrangeira.

Listo a seguir os outros trabalhos de M. APPLE disponíveis para o público brasileiro:

APPLE, M. O computador na educação: parte da solução ou parte do problema? *Educação & Sociedade*, Campinas (23): 25-49, abr. 1986.

———. *Currículo e poder*. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 14 (1) Jul./dez. 1989. (no prelo)

———. É impossível entender a escola sem uma teoria da divisão sexual do trabalho. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 11 (2): 57-68, jul./dez. 1986.

———. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (64): 14-23, fev. 1988.

———. *Ideologia e currículo*. São Paulo, Brasiliense, 1982. (edição esgotada)

———. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (60): 3-14, fev. 1987.

——— & WEIS, L. Vendo a educação de forma relacional: classe e cultura na sociologia do conhecimento escolar. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 11 (1): 19-33, jan./jun. 1986.

Maria Alice Nogueira  
Professora do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação – FAE/UFMG